

# REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE 2001 E 2004 NAS MACRO-REGIÕES BRASILEIRAS. TENDÊNCIA OU FENÔMENO TRANSITÓRIO?

Maria Cristina Cacciamali<sup>1</sup>  
Vladimir Sipriano Camillo

## RESUMO

O objetivo deste estudo é contribuir para o debate sobre a queda da desigualdade na distribuição pessoal de renda no Brasil no início do século XXI. Assim, nessa diminuição, analisamos a participação relativa de cinco fontes de renda (trabalho, aluguéis, doações, aposentadorias e pensões e transferências públicas) nas cinco macro-regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, entre os anos de 2001 e 2004. Para atingir os propósitos, estruturamos o texto em três seções. A primeira seção apresenta aspectos selecionados da literatura especializada brasileira sobre as causas da variação da desigualdade de renda. A segunda apresenta a técnica matemática de decomposição utilizada. Finalmente, na terceira seção, analisam-se os resultados empíricos para Brasil e cinco macro-regiões selecionadas. À guisa de conclusão, destacamos, dentre os resultados, a importância das transferências públicas de renda e as mudanças nos mercados de trabalho regionais para a diminuição do grau de desigualdade.

**Palavras-chave:** distribuição de renda, decomposição da distribuição da renda, distribuição de renda regional, diminuição do grau de desigualdade na distribuição da renda, mercado de trabalho e transferências públicas na distribuição de renda

## ABSTRACT

The aim of this paper is to contribute to the debate on the decrease of the concentration degree of the personal income distribution in Brazil in the first years of the XXI Century. On this purpose, we approach the phenomenon analyzing the importance of five types of income ( labor, properties rental, donation, retirement and public cash transference) in the five macro-regions in Brazil – North, Northeast, Middle-West, Southeast, South, during the period 2001-2004. To reach the purposes, the text was structured in three parts. The first one highlights stylized facts on this decreasing from the Brazilian specialized literature. The second section presents the mathematical technique used to build the decomposition. Finally, the third section discusses the results we obtain for the five macro regions. We detached the importance of the generation of employment and the cash transference as the main causes to explain the decline on the concentration degree of the income distribution.

**Key-words:** income distribution, income distribution decomposition, regional income distribution, decrease of the income concentration degree, importance of labour market and public cash transference in income distribution.

---

<sup>1</sup> Doutora e Livre Docente em Economia pela Universidade de São Paulo (Brasil) com Pós Doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology. Atualmente é Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Presidente do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo; e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e Professor da Faculdade de Economia da Fundação Santo André, respectivamente. Os autores agradecem o apoio de Fábio Tatei na montagem do banco de microdados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios. Os autores compõem o Núcleo de Política Internacional, Estudos Internacionais & Política Comparada, NESPI -USP/CNPq. [ciamali@uol.com.br](mailto:ciamali@uol.com.br); página web: <http://www.econ.fea.usp.br/cacciamali>

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é analisar as mudanças na distribuição pessoal de renda no Brasil, entre 2001 e 2004, de acordo com o tipo de renda e a região do país. Estudos recentes apontam que o grau de desigualdade na distribuição de renda no Brasil, medido pelo coeficiente de Gini, reduziu-se no período mencionado, de 0,59 para 0,57.<sup>2</sup> Para analisar esse fenômeno constrói-se, na primeira seção, uma base teórica, a partir da literatura nacional, reunindo fatos estilizados sobre a desigualdade na distribuição de renda, desde o debate acalorado dos anos de 1970, até estudos mais recentes desta década.<sup>3</sup>

No Brasil, podemos sistematizar a literatura sobre a distribuição de renda desde o final dos anos de 1960. A literatura mais recente, assim como aquela dos anos de 1970 e 1990, mantém a mesma causa para a exacerbada desigualdade na distribuição da renda: à iníqua distribuição de capital humano, apreendida sob forma de escolaridade e experiência laboral. Contudo, nos anos de 1960 e 1970, predominam análises de cunho keynesiano e kaleckiano que associam o comportamento da distribuição pessoal à distribuição funcional da renda. Abordagens mais recentes, ademais, introduzem outros aspectos sociais relevantes, por exemplo, a discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, a segmentação regional e a importância das transferências públicas, principalmente aquelas realizadas no âmbito do Programa *Bolsa Família*.

Na segunda seção formaliza-se a técnica matemática da decomposição utilizada, por tipo de renda e região, e apresentam-se as considerações metodológicas, com o propósito de identificar possíveis limitações e principais virtudes. A principal limitação identificada refere-se à incapacidade da técnica de estabelecer conexões causais. A principal virtude consiste na sua capacidade de levantar potenciais variáveis candidatas à explicação da variação da desigualdade de renda no período. Aliás, ainda nesta seção, especificam-se as variáveis utilizadas neste estudo, a respectiva fonte - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2001 e 2004 - e a sua aplicação para as regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Dentre esses estudos mais recentes, podem ser mencionados: SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão* nº1166. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006; HOFFMANN, Rodolfo, Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004, *Econômica*, Rio de Janeiro: v. 8, nº1, p. 55-81, junho de 2006; FERREIRA Francisco H. G. et al, Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, p. 147-171, junho de 2006; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. *Nota técnica*. Brasília: IPEA, agosto 2006; SOARES, Sergei Suarez Dillon ;VERAS, Fabio; MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão* nº 1228. Brasília: IPEA, outubro de 2006.

<sup>3</sup> Estamos considerando textos clássicos, entre outros, LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: uma reafirmação, *Ensaio Econômicos* EPGE, nº7. Rio de Janeiro FGV-EPGE, 1973; FISHLOW, Albert. *A Distribuição de renda no Brasil*. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.). *A controvérsia sobre a distribuição de renda e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.), op.cit.

<sup>4</sup> Para a região Norte, consideram-se apenas os domicílios urbanos, porque na PNAD de 2001 não há informação sobre toda a população dessa região. Embora essa falta de informação pudesse se transformar num grande problema metodológico, notou-se que a análise com apenas os dados urbanos sobre renda e população ajudam a avaliar parcialmente a hipótese sobre convergência das distribuições de renda entre as áreas urbanas e rurais.

Na terceira e última seção, analisam-se os resultados das decomposições regionais - coeficiente de participação relativa de cada fonte de renda, coeficiente de concentração de cada uma delas e resultado total - permitindo identificar as principais fontes ou tipos de renda associados com a redução dos coeficientes regionais de Gini. Uma vez identificadas as principais fontes de renda que contribuem para a queda dos coeficientes regionais de Gini, sintetizam-se os resultados. Por fim, nas considerações finais, discutimos a interação dos resultados.

## 1. CAUSAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Os estudos sobre a distribuição de renda no Brasil expandem-se a partir da década de 1970. Gandra, ao analisar em perspectiva histórica esses estudos, propõe que sejam classificados em dois grupos: estudos da década de 1970 e estudos da década de 1990, períodos que o autor denomina de, respectivamente, *a controvérsia de 70* e *o pensamento hegemônico dos anos 90*.<sup>5</sup> Esse agrupamento permite identificar a evolução do debate sobre as causas da elevada concentração da renda brasileira.

Na literatura dos anos de 1970, o crescimento econômico, a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda compunham um recorte teórico que, sob a inspiração keynesiana ou kaleckiana, eram analisados em conjunto. O declínio do valor real do salário mínimo, a partir da instauração do regime militar, é apontado por vários autores como o fator determinante do aumento do grau de desigualdade na distribuição da renda, entre 1960 e 1970.<sup>6</sup>

Fishlow, por exemplo, seguindo uma abordagem keynesiana, entende que o aumento do salário mínimo pode propagar impulsos capazes de elevar os demais salários e promover uma melhor distribuição de renda.<sup>7</sup> Segundo esse autor, a política econômica, entre 1964 e 1967, impede o crescimento do salário mínimo e do salário médio, em virtude dos reajustes abaixo da inflação do salário mínimo e do salário base das diferentes categorias profissionais e/ou devido à ausência de barganha salarial, sustada pelo regime militar. Assim, o aumento do grau da desigualdade da distribuição pessoal da renda, nos anos de 1960, é aderente à diminuição da participação relativa dos salários e aumento da massa de lucro no período, ou seja, é consistente com o aumento da desigualdade funcional da renda.

Nessa direção, Paulo Renato de Souza e Paulo Baltar, de um lado, e Roberto Macedo e Manuel Enriquez Garcia travam um debate emblemático.<sup>8</sup> Os dois primeiros autores, partindo de enfoque marxista-estruturalista, argumentam que, no Brasil, o salário mínimo determina o salário da mão-de-obra não qualificada do núcleo tipicamente capitalista da economia - da

---

<sup>5</sup> No primeiro grupo destacam-se os estudos de LANGONI (op. cit.); FISHLOW (op.cit.) e BACHA (op. cit.), enquanto no segundo, notam-se os estudos coordenados por Ricardo Paes de Barros, por exemplo: Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão nº 377*, Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

<sup>6</sup> Veja-se uma resenha sobre o tema em CACCIAMALI, Maria Cristina. Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa do salário mínimo, In: Paulo Baltar, Cláudio Dedecca e José Dari Krein. (Org.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005, p. 147-162.

<sup>7</sup> FISHLOW, Albert. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>8</sup> SOUZA, Paulo Renato & BALTAR, Paulo. Salário Mínimo e a Taxa de Salário no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: vol.9,n.3,1979

indústria. Constitui-se, portanto, em um parâmetro, tanto para a hierarquia salarial das empresas, quanto para as remunerações dos trabalhadores não qualificados que se inserem nas atividades do setor informal.<sup>9</sup> Assim, para Souza e Baltar, a contenção do salário mínimo, durante o regime militar, implica ampliação da dispersão salarial no período e aumento da concentração funcional e pessoal da renda.

Roberto Macedo e Manuel Enriquez Garcia contestam o papel redutor do salário mínimo durante esse mesmo período.<sup>10</sup> Os autores, utilizando-se do modelo de Lewis, defendem que o salário de subsistência é o determinante da taxa básica de salário da economia que evolui acompanhando o índice de custo de vida. Na década de 1960, o salário mínimo institucional foi reajustado abaixo dos índices de custo de vida, tornando-se inoperante. De acordo com essa linha de interpretação, o salário mínimo, nessas circunstâncias, perde as suas atribuições e a sua relevância de indicador de salário básico da economia. Assim, a diminuição do salário mínimo apenas redundaria na diminuição do número de ocupados com essa remuneração.<sup>11</sup>

Outra racionalização para o aumento no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda, nos anos de 1960, baseada na elevação da concentração funcional da renda foi elaborada por Bacha.<sup>12</sup> O autor centra-se no comportamento da estrutura ocupacional e salarial das grandes empresas no período. A política salarial implementada pelas grandes empresas, na presença de elevada taxa de crescimento econômico e ausência de regulação distributiva no mercado de trabalho, origina exacerbada desigualdade salarial entre as ocupações gerenciais e aquelas de produção direta. Em um ambiente de alta competição para atrair mão-de-obra qualificada, as empresas de maior porte tem condições de arcar com maiores remunerações, principalmente para seus gerentes. Dessa maneira, apoiando-se na sua posição diferenciada no mercado, indicada pelo maior poder de monopólio, a alta hierarquia das firmas estabelece seus vencimentos para além da produtividade marginal do trabalho, abocanhando parcela dos lucros.

No início da década de 1970, a análise de Langoni sobre o aumento do grau de desigualdade na distribuição da renda, não considera o comportamento da distribuição funcional da renda, privilegiando a metodologia e o argumento econômico mais frequentemente utilizado nas décadas posteriores: o individualismo econômico e a teoria do capital humano. O autor conclui que a concentração de renda, no Brasil, da década de 1960,

---

<sup>9</sup> De acordo com a definição da Organização Internacional do Trabalho, o *setor informal* é o conjunto das empresas familiares operadas pelos proprietários e seus familiares, ou em sociedade com outros indivíduos. São unidades produtivas que não são constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e que não dispõem de registros contábeis padrão. O setor informal, sob a ótica da ocupação, é definido como o conjunto de trabalhadores inseridos nessa forma de organização da produção que inclui proprietários, a mão-de-obra familiar e os ajudantes assalariados (OIT, 1993). Define-se o setor formal, por oposição, como o conjunto de empresas e organizações organizadas sob relações capitalistas, de produção e juridicamente.

<sup>10</sup> MACEDO, Roberto & GARCIA, Manuel Enriquez. Salário mínimo e a taxa de salários no Brasil: comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: vol.10, n.3, 1979.

<sup>11</sup> Diferentes testes empíricos apóiam a hipótese de que os reajustes do salário mínimo determinam os demais salários da economia, sejam eles aproximados pelos salários medianos reais da indústria, dos serventes do setor da construção civil, dos empregados com carteira assinada ou dos empregados não qualificados com carteira assinada, registrando elasticidades salário mínimo-salário selecionado, que variam de 0,50 a 0,90. Veja-se uma resenha, entre outros, em CACCIAMALI, Maria Cristina, 2005, op.cit.

<sup>12</sup> BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs), op. cit.

deriva predominantemente da incapacidade do sistema educacional brasileiro de produzir trabalhadores qualificados na proporção demandada pela crescente industrialização.<sup>13</sup> Ademais, reinterpretando Kuznets, Langoni afirma que o aumento da concentração da renda, neste período, é esperado, tendo em vista o aumento da heterogeneidade estrutural do setor produtivo brasileiro. Segundo Kuznets, a concentração da renda aumenta nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, reduzindo-se quando a estrutura produtiva apresentar predominantemente setores de maior produtividade.<sup>14</sup>

Assim, sob essa ótica, a manter o processo de crescimento econômico, a concentração de renda é um fenômeno passageiro, típico de uma economia em processo de reestruturação produtiva e desenvolvimento. Nos setores de atividade de maior produtividade, a distribuição pessoal da renda dependerá ainda mais da escolaridade dos trabalhadores.

Analisando os estudos realizados a partir dos anos de 1990, nota-se a influência da abordagem neoclássica de Langoni, baseada na teoria do capital humano, abandonando-se quaisquer relações com a distribuição funcional da renda.

Na década de 1990, Barros e co-autores ampliam e complementam o modelo langoniano. Em artigo de 1995, Barros e Mendonça, identificam teoricamente e empiricamente os determinantes da desigualdade de renda no Brasil, principalmente da desigualdade salarial. Os autores destacam como determinantes da desigualdade alguns tipos de segmentação no mercado de trabalho brasileiro (por ramo de atividade, formal-informal e regional), a discriminação por cor e gênero e alguns aspectos associados ao capital humano, como a experiência e a escolaridade do trabalhador. A segmentação por ramo de atividade explica 15% da desigualdade salarial brasileira, indicando a participação da heterogeneidade da estrutura produtiva brasileira nesse processo de desigualdade. A segmentação formal-informal é responsável por apenas 1% da desigualdade salarial brasileira, embora os diferenciais salariais entre trabalhadores formais e informais não sejam desprezíveis. Com relação ao último tipo de segmentação (segmentação regional), os autores concluem que a segmentação regional explica entre 2 e 5% a desigualdade salarial, muito provavelmente porque os diferenciais salariais entre os trabalhadores com qualificações similares não foram tão elevados.<sup>15</sup>

Os resultados de Barros e Mendonça para os dois tipos de discriminação (por cor e gênero), indicam participações relativamente pequenas na desigualdade salarial brasileira, da ordem de 2% para a discriminação por cor e 5% para a discriminação por gênero. Contudo, essas baixas contribuições para a desigualdade salarial no Brasil, não descartam outros possíveis malefícios das discriminações sofridas pelos trabalhadores no mercado de trabalho. A experiência do trabalhador no mercado de trabalho explica 5% da desigualdade salarial, enquanto sua experiência na empresa explica 10%, indicando uma maior sensibilidade dos salários ao tempo na empresa. O determinante da desigualdade salarial com a maior capacidade explicativa é a escolaridade, que explica de 35 a 50%. Esse resultado alinha-se aos resultados

---

<sup>13</sup> Além da escolaridade, Langoni insere, no modelo econométrico, a variável idade como *proxy* da experiência, obtendo resultados robustos, que ratificam a sua opção pelo poder explicativo do capital humano. LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: uma reafirmação. *Ensaio Econômicos EPGE*, n.7, Rio de Janeiro, FGV-EPGE, 1973.

<sup>14</sup> KUZNETS, Simon, Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v. 45, nº 1, 1955.

<sup>15</sup> BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão* nº 377. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 1995.

de Langoni da década de 1970. Dessa forma, os resultados empíricos de Barros e Mendonça (op. cit.), embora tenham incluído outros determinantes da desigualdade de renda no Brasil, enfatizam o papel do capital humano nesse processo, remetendo a discussão sobre a desigualdade de renda para a oferta de trabalho.<sup>16</sup>

Barros e Mendonça, em parceria com Henriques, elaboram um estudo no ano de 2000 que se alinha as principais conclusões do “pensamento hegemônico da década de 1990”. Nesse estudo de 2000, os autores identificam a “heterogeneidade educacional” como o principal determinante da desigualdade salarial brasileira, sendo responsável por 39,5% dessa desigualdade. As diferenças educacionais entre os trabalhadores brasileiros são reveladas pelo mercado de trabalho, mostrando que os trabalhadores mais escolarizados apresentam uma maior produtividade e auferem salários maiores. Além de identificarem a escolaridade como o principal determinante da desigualdade salarial no Brasil, os autores também apontam alguns problemas “estruturais” do sistema educacional brasileiro, principalmente o relativo atraso educacional, estimado em uma década.<sup>17</sup>

Outro estudo que se alinha ao período do *pensamento hegemônico da década de 1990* foi elaborado por Ferreira no ano de 2000. Aliás, o autor utiliza as evidências empíricas de Barros e Mendonça e constata que a escolaridade é o principal determinante da distribuição de renda no Brasil. Essa escolaridade explica entre 33 e 50% a desigualdade total. Contudo, o autor também identifica outras causas para a distribuição de renda, destacando que o mercado de trabalho brasileiro é segmentado e discriminador. Além dos resultados empíricos, Ferreira constrói um modelo teórico para explicar a persistência da desigualdade de renda no Brasil. Esse modelo contém uma característica de dinâmica intergeracional que retroalimenta a desigualdade nacional. Essa retroalimentação inicia-se com uma elevada desigualdade educacional que gera uma elevada desigualdade de renda. Essa desigualdade de renda, ao criar grupos populacionais com rendas baixas, também promove uma desigualdade de poder político. Essa desigualdade de poder político perpetua a desigualdade educacional, uma vez que os grupos populacionais de rendas baixas não conseguem alterar as decisões políticas que podem favorecê-los, como a expansão de escolas públicas de qualidade. Dessa forma, o circuito de retroalimentação se completa, com as diferenças educacionais gerando desigualdade de renda e desigualdade de poder político, impedindo que esse circuito seja interrompido. Para por termo ao fenômeno, Ferreira propõe a expansão e melhoria dos gastos públicos com educação, focalizando-os.<sup>18</sup>

Mais recentemente, a literatura nacional tem se dedicado à investigação das causas da queda da concentração pessoal de renda no início do século 21, após 2001. Além dos resultados que incorporam parte das discussões dos anos 70 e 90, também ocorre a inclusão de outras variáveis determinantes da variação da concentração, como alguns gastos sociais (Bolsa Família) e previdenciários (aposentadorias e pensões). A introdução dessas variáveis expande o número de determinantes da variação da concentração de renda, sem romper com a literatura

---

<sup>16</sup> BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane, 1995, op. cit.

<sup>17</sup> BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

<sup>18</sup> FERREIRA, Francisco H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

anterior, ampliando as conexões causais. Essas conexões causais aparecem numa série de estudos que utilizam técnicas matemáticas de decomposição.

Soares decompôs a variação da concentração de renda domiciliar brasileira no período de 1995 a 2004, com destaque para o período pós-2001, concluindo que o mercado de trabalho explica 75% da queda da concentração pessoal de renda, decorrentes da participação da renda do trabalho. As transferências públicas do Programa *Bolsa Família* também tem importância, contribuindo com 27% no período de 2001 a 2004, indicando a sua relevância para a redução da desigualdade de renda no Brasil.<sup>19</sup>

Hoffmann, utilizando a mesma técnica de decomposição de Soares, obtém resultados similares para algumas regiões brasileiras, com destaque para as transferências públicas no Nordeste, que contribuem significativamente para a redução da concentração de renda pessoal dessa região. Para as demais regiões analisadas, Hoffmann obteve resultados que indicam a renda do trabalho como o principal tipo de renda envolvido com a redução da concentração.<sup>20</sup>

Ferreira, em parceria com Leite, Litchfield & Ulyssea, efetuam uma série de decomposições da desigualdade de renda brasileira. Dentre os principais resultados, destacam-se as contribuições da escolaridade e da discriminação por cor. Em 2004, as diferenças educacionais entre os responsáveis pelo domicílio explicam 38% da desigualdade total, enquanto a variável cor explica 11%. Contudo, apesar da elevada capacidade explicativa da educação, houve uma redução de sua participação no período compreendido entre 1981 e 2004, indicando redução nos retornos da escolaridade. Os 11% explicados pela cor, embora sejam relativamente reduzidos, são significativamente maiores do que outros resultados encontrados na literatura nacional, resultado que permanece inalterado entre 1981 e 2004. Considerando a participação das fontes de renda na desigualdade total, os autores identificam, em 2004, que a renda do trabalho contribui com 67% e as aposentadorias e pensões com 18%. Diante dos resultados obtidos para a escolaridade, discriminação e aposentadorias, os autores concluem que, para o período de 1993 a 2004, houve uma redução da importância dos retornos da educação e queda na desigualdade dos grupos raciais, acompanhadas de maior focalização das transferências públicas.<sup>21</sup>

A importância das transferências públicas para a redução da concentração de renda brasileira, após 2001, torna-se um objeto específico de análise. Soares em parceria com Veras, Medeiros e Osório, analisam a contribuição de alguns programas públicos de transferências para a redução da desigualdade de renda nacional e concluem, após a decomposição da desigualdade, que o Benefício de Prestação Continuada, o Programa *Bolsa Família* e as aposentadorias e pensões no piso, contribuem com 7%, 21% e 32% respectivamente, no período de 1995 a 2004. A principal causa para que essas transferências públicas contribuíssem para a redução da desigualdade é a correspondente diminuição de seus

---

<sup>19</sup> SOARES, Sergei Suarez Dillon. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão* nº 1166. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006.

<sup>20</sup> HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, junho de 2006.

<sup>21</sup> FERREIRA, Francisco H.G., LEITE, Phillippe G., LITCHFIELD, Julie A. & ULYSSEA, Gabriel, 2006, op.cit.

coeficientes de concentração, sugerindo ampliação da focalização desses gastos públicos. Os autores constataam essa ampliação, mas propõem maior cobertura.<sup>22</sup>

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em estudo institucional, também analisa a contribuição das transferências públicas para a redução da desigualdade no período de 2001 a 2004, concluindo que as aposentadorias e pensões no piso, o Benefício de Prestação Continuada e as transferências de renda do Programa Bolsa Família contribuem, juntos, com 30% da redução total. Esse resultado para as transferências públicas, segundo o IPEA, sugere maior efetividade da proteção social. O estudo também analisa a contribuição de outros fatores para a redução da desigualdade no período. Dentre esses fatores, destacam-se a escolaridade, a produtividade do trabalho e a segmentação regional, que contribuem com 16, 18 e 11%, respectivamente. O conjunto de resultados apresentados pelo estudo indica que algumas políticas sociais, a qualificação da força de trabalho e a integração dos mercados de trabalho contribuem para a queda da desigualdade no período de 2001 a 2004.<sup>23</sup>

## 2. FORMALIZAÇÃO DA DECOMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS GINI'S REGIONAIS

A técnica matemática utilizada baseia-se em cálculo diferencial. Para construir o cálculo diferencial, iniciamos com a seguinte identidade:

$$G \equiv \sum_1^k Y \cdot C \quad (1)$$

A partir da identidade (1), nota-se que o coeficiente de GINI (G) é idêntico ao somatório do produto de dois coeficientes (Y e C) dos tipos de renda (k) selecionados. O coeficiente Y mede a participação relativa de cada tipo de renda selecionada na renda domiciliar per capita. O coeficiente C mede o grau de concentração de cada um desses tipos de renda. Portanto, a partir da identidade (1), pode-se decompor o GINI de uma região da seguinte forma:

$$G_{t-1} \equiv \sum_1^k Y_{t-1} \cdot C_{t-1} \quad (2)$$

$$G_t \equiv \sum_1^k Y_t \cdot C_t \quad (3)$$

Como as decomposições do GINI serão construídas para os anos de 2001 a 2004, insere-se estes anos nas identidades (2) e (3). A partir das identidades (2) e (3) torna-se possível efetuar o primeiro cálculo diferencial:

<sup>22</sup> SOARES, Sergei Suarez Dillon ; VERAS, Fabio, MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão* nº1228. Brasília:IPEA, outubro de 2006.

<sup>23</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. *Nota Técnica*. Rio de Janeiro:IPEA, agosto de 2006.

$$\Delta G \equiv G_{2004} - G_{2001} \equiv \sum_1^k (Y_{2004} \cdot C_{2004} - Y_{2001} \cdot C_{2001}) \quad (4)$$

A identidade (4) indica a contribuição de cada tipo de renda para a variação do GINI. Essa contribuição pode ser decomposta em duas partes a partir da variação dos coeficientes Y e C:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C_{2004} \cdot \Delta Y + Y_{2001} \cdot \Delta C) \quad (5)$$

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C_{2001} \cdot \Delta Y + Y_{2004} \cdot \Delta C) \quad (6)$$

Nas identidades (5) e (6) nota-se que as variações dos coeficientes da renda ( $\Delta Y$ ) e da concentração ( $\Delta C$ ) permitem mensurar a participação desses dois coeficientes (Y e C) na variação do GINI. Contudo, as combinações dessas variações contidas nas duas identidades geram resultados diferentes. Diante dessas diferenças, pode-se escolher com qual identidade a decomposição será construída ou, (...) *para evitar a questão de escolher arbitrariamente uma delas, é razoável utilizar a média aritmética das duas*<sup>24</sup>. Ao se utilizar a média dos coeficientes Y e C, obtemos a seguinte identidade:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C^* \cdot \Delta Y + Y^* \cdot \Delta C) \quad (7)$$

As médias aritméticas dos coeficientes de concentração ( $C^*$ ) e de renda ( $Y^*$ ) da identidade 7 atuam como um critério tradicional de ponderação que evita resultados mais extremos obtidos pela escolha de uma ou outra identidade, no caso, as identidades (5) ou (6). Ainda na identidade (7), nota-se que a variação do GINI pode ser decomposta em duas partes para cada tipo de renda: uma parte indicará a participação da variação de cada tipo de renda ( $C^* \cdot \Delta Y$ ); a outra parte indicará a participação da concentração de cada tipo de renda ( $Y^* \cdot \Delta C$ ). Essas duas partes (efeito renda e efeito concentração) podem ser melhor interpretadas por meio de uma última manipulação algébrica:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k [(C^* - G^*) \Delta Y + Y^* \cdot \Delta C] \quad (8)$$

A identidade (8) gera resultados mais coerentes para o efeito renda  $[(C^* - G^*) \Delta Y]$  e para o efeito concentração ( $Y^* \cdot \Delta C$ ). Essa coerência pode ser notada, por exemplo, no efeito

---

<sup>24</sup> HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil e Cinco Regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, n°1, p.60, junho de 2006.

renda  $[(C^*-G^*)\Delta Y]$ ; um crescimento na participação relativa de um tipo de renda  $k$  contribuirá com a redução do GINI desde que o coeficiente médio de concentração ( $C^*$ ) dessa renda  $k$  seja menor que o coeficiente médio do GINI ( $G^*$ ).

Dessa forma, a identidade (8) permite decompor a variação do GINI em dois efeitos: a) efeito-renda  $[(C^*-G^*)\Delta Y]$  e b) efeito-concentração ( $Y*\Delta C$ ). Esses dois efeitos indicam a contribuição das participações relativas das rendas e dos seus coeficientes de concentração na variação do GINI.

As propriedades matemáticas da técnica de decomposição apresentada não permitem identificar conexões causais entre as variáveis selecionadas e a desigualdade de renda. Sendo assim, cabe uma consideração de natureza metodológica: essa técnica de decomposição pertence a um grupo de exercícios matemáticos, *e embora estes exercícios não permitam identificar as causas do comportamento da desigualdade, eles permitem levantar uma série de potenciais candidatos*<sup>25</sup>.

A decomposição da variação dos GINIs foi construída para Brasil e cinco macro-regiões brasileiras - Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, no período de 2001 a 2004, por cinco fontes (tipos) de renda, utilizando-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os tipos de renda são: trabalho; inclui as rendas de todos os trabalhos (primário, secundário, etc); aluguéis; doações; aposentadorias e pensões; e transferências públicas de renda (que incluem juros e dividendos).

Para a região Norte, considera-se apenas a área urbana, com o propósito de se avaliar a hipótese de convergência de distribuição de renda entre as áreas urbanas e rurais. O período de 2001 a 2004 foi escolhido por apresentar redução da concentração de renda no Brasil. Essa elevada redução está descrita na literatura nacional.

As variáveis utilizadas para construir as decomposições são: participação relativa de cada tipo (fonte) de renda na renda domiciliar per capita total; e coeficiente de concentração de cada tipo de renda construído segundo a distribuição por domicílios. Dos cinco tipos de renda analisadas, o tipo juros não foi possível desagregar do tipo transferências públicas de renda. Deste conjunto, três mostraram-se significativas: trabalho, transferências públicas de renda, incluindo a parcela de juros, e pensões e aposentadorias. Assim, a análise a seguir contará com o apoio de seis tabelas. Três delas contém as variáveis com as quais as decomposições foram construídas. Outras três tabelas contém as próprias decomposições. Todas essas tabelas apresentam os resultados principais. Dessa forma, dos cinco tipos de renda analisadas, apenas três mostraram-se significativas.

### **3. Análise dos Resultados das Decomposições para Brasil e Macro-Regiões:**

A participação da renda do trabalho no Brasil, assim como, em outros países, representa, em 2001, 75% e, em 2005, 74% da renda per capita domiciliar. Deve-se atentar, por um lado, para a subestimação das rendas do capital registradas na PNAD, por outro, para a expansão do trabalho urbano e metropolitano que tende a elevar a renda monetária,

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Francisco H.G., LEITE, Phillippe, G., LITCHFIELD, Julie A. & ULYSSEA, Gabriel, Ascensão e Queda da Desigualdade de Renda no Brasil, *Econômica*. Rio de Janeiro: v.8, nº1, p.165, junho de 2006. Grifos nossos.

portanto a renda per capita domiciliar. Nos anos de 2001 e 2004, as regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste apresentam participações da renda do trabalho nas respectivas rendas per capita domiciliares superiores à média nacional, atingindo nos dois anos considerados cifras maiores que 80%, enquanto, dentre todas as regiões, o Nordeste se situa no extremo oposto, mostrando indicadores da ordem de 73 e 70% respectivamente. (Tabela 1)

**Tabela 1. Participação Relativa da Renda do Trabalho na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões**

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
	2001	2004	2001	2004
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>				
<b>Brasil</b>	0,75	0,74	0,56	0,54
<b>Norte</b>	0,83	0,82	0,56	0,53
<b>Nordeste</b>	0,73	0,70	0,62	0,59
<b>Centro-Oeste</b>	0,81	0,81	0,59	0,58
<b>Sudeste</b>	0,74	0,72	0,53	0,51
<b>Sul</b>	0,74	0,73	0,55	0,52

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

Analisando o grau de desigualdade da distribuição da renda do trabalho, no período considerado, verifica-se a redução do índice de Gini nacional de 0,56 para 0,54. Contudo, mesmo com tal redução, a desigualdade na distribuição da renda no Brasil se mantém muito elevada frente aos padrões internacionais, inclusive quando cotejado com economias de renda per capita similar. Esse grau de concentração agrava-se nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, que superam o grau de desigualdade nacional, atingindo coeficientes de 0,59 e 0,58 em 2004, respectivamente. As maiores quedas relativas no grau de desigualdade, entre 2001 e 2004, ocorrem nas regiões Sul, Norte (urbano) e Nordeste, enquanto, nesse último ano, os menores coeficientes de desigualdade ocorrem nas regiões Sudeste e Sul (0,51 e 0,52, respectivamente), indicando um conjunto de características positivas nos mercados de trabalho dessas regiões, maior dinamismo, maior organização institucional e maiores oportunidades de emprego, trabalho e renda.

Nas regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste, a maior participação da renda do trabalho na renda domiciliar per capita pode ser atribuída a dois fatos. Na primeira região, os microdados contemplam apenas a região urbana, na segunda região o elevado contingente de empregados públicos majora a renda do trabalho. Em 2004, a região Centro-Oeste apresenta o segundo maior grau de desigualdade na distribuição de renda, cabendo ao Nordeste a primeira posição. Esses resultados podem ser conferidos ao diferencial de qualificação de mão-de-obra e de rendimentos entre o mercado de trabalho urbano e rural.

Além de representar a maior parcela da renda domiciliar per capita, a renda do trabalho, também, consiste no tipo de renda que mais contribui para a redução do grau de desigualdade. Para a realidade nacional, a importância da renda do trabalho na redução da desigualdade na distribuição de renda é de 64,04% (Tabela 2). Esses valores são maiores nas regiões Norte (urbano) e Sudeste, com cifras de 72,64% e 70,38%, respectivamente, em virtude da importância do mercado de trabalho urbano nas duas regiões. A única macro-região

que apresenta participação da renda do trabalho muito abaixo do resultado nacional é a Centro-Oeste, sugerindo a ocorrência de menores mudanças alocativas em seu mercado de trabalho.

Entre os efeitos renda e concentração, da decomposição da variação do índice de Gini, o segundo efeito é mais significativo, em virtude inclusive de sua maior magnitude. A baixa participação do efeito-renda mostra que, além da participação relativa por tipos de renda variar pouco, o grau de desigualdade da distribuição da renda domiciliar é pouco reativo às mudanças relativas de renda.

**Tabela 2. Participação Relativa da Renda do Trabalho na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões**

<b>Renda do Trabalho</b>	<b>Efeito-Renda</b>	<b>Efeito-Concentração</b>	<b>Efeito Total</b>
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>	<b>2001-2004</b>	<b>2001-2004</b>	<b>2001-2004</b>
<b>Brasil</b>	-0,20	-63,84	-64,04
<b>Norte</b>	-0,27	-72,37	-72,64
<b>Nordeste</b>	-1,20	-67,68	-68,88
<b>Centro-Oeste</b>	0,00	-54,10	-54,10
<b>Sudeste</b>	0,20	-70,58	-70,38
<b>Sul</b>	0,03	-64,35	-64,32

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As rendas originárias dos programas de transferências públicas - Bolsa Família, LOAS, PETI e Auxílio-Gás, acrescido da parcela de juros, constituem o segundo tipo de renda analisado. Esclarecemos que a magnitude da parcela de juros é muito pequena perante as transferências públicas de renda, em virtude de sub-registro da PNAD. Dessa forma, esse agregado será considerado proxy do tipo de renda associado à transferência pública de renda.

A estimativa para o Brasil indica que as transferências de renda ocupam uma parcela relativamente pequena da renda domiciliar per capita, ampliando-se, entre 2001 e 2004, de 1% para 2% (Tabela 3). A macro-região Nordeste apresenta o maior crescimento das transferências públicas, passando de 1% para 3%, contribuindo expressivamente para elevar a participação das rendas desse tipo na renda domiciliar per capita no agregado. Esse resultado é compatível com a expansão de alguns programas de transferências de renda na região, principalmente do Bolsa Família que aloca, em 2004, aproximadamente metade dos seus recursos para o Nordeste em 2004.<sup>26</sup> As macro-regiões Norte (urbana), Centro-Oeste e Sudeste apresentam as menores participações nas transferências públicas, ficando abaixo do resultado nacional, enquanto, em 2004, a região sul é a segunda, após o Nordeste, em termos de importância. (Tabela 3).

Com relação ao grau de desigualdade, nota-se que, em 2001, as transferências públicas mostram elevado grau de concentração da ordem de 0,56, igualando-se ao grau de

<sup>26</sup> CACCIAMALI, Maria Cristina & TATEI, Fábio, *Uma análise regional do atendimento aos mais pobres: os programas de transferência de renda*, (mimeo), 2007.

**Tabela 3. Participação Relativa das Transferências Públicas na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões**

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
	2001	2004	2001	2004
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>				
<b>Brasil</b>	0,01	0,02	0,56	0,18
<b>Norte</b>	0,01	0,01	0,43	0,02
<b>Nordeste</b>	0,01	0,03	0,28	0,09
<b>Centro-Oeste</b>	0,01	0,01	0,61	0,10
<b>Sudeste</b>	0,01	0,01	0,67	0,36
<b>Sul</b>	0,02	0,02	0,67	0,47

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

desigualdade da renda do trabalho. Nesse mesmo ano, as três regiões de maior nível de renda per capita - Centro-Oeste, Sudeste e Sul – mostram, perante as demais regiões, os coeficientes de desigualdade mais elevados, 0,61, 0,67 e 0,67, respectivamente, superando expressivamente o índice agregado. Por outro lado, as macro-regiões Norte (urbana) e Nordeste expõem, em 2001, as menores desigualdades, coeficientes de 0,43 e 0,28, respectivamente, sugerindo transferências de renda de valores menos desiguais nos programas assistenciais das regiões mais pobres. No período analisado, o grau de desigualdade das transferências de renda é abruptamente reduzido.(Tabela 3).

**Tabela 4. Participação Relativa das Transferências Públicas na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões**

Renda do Trabalho	Efeito-Renda	Efeito-Concentração	Efeito Total
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>	<b>2001 a 2004</b>	<b>2001 a 2004</b>	<b>2001 a 2004</b>
<b>Brasil</b>	-4,30	-21,41	-25,71
<b>Norte</b>	-8,51	-13,20	-21,71
<b>Nordeste</b>	-27,30	-14,16	-41,46
<b>Centro-Oeste</b>	-3,25	-22,58	-25,83
<b>Sudeste</b>	-0,05	-16,09	-16,14
<b>Sul</b>	0,17	-10,12	-9,95

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

Analisando os efeitos renda e concentração, as transferências públicas contribuem com 25,71% para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita agregada, principalmente em função do efeito-concentração. Este resultado se reproduz em todas as macro-regiões, exceto o Nordeste onde, além das transferências de renda contribuírem com 41,46% para a redução da desigualdade de renda domiciliar per capita, o principal efeito é o efeito-renda, indicando uma forte ampliação das transferências nessa região. As macro-regiões Sudeste e Sul apresentam menor contribuição das transferências de renda na redução dos respectivos coeficientes de grau de desigualdade, sugerindo que as transferências estejam sendo alocadas prioritariamente para as macro-regiões de menores rendas per capita, como a Norte e Nordeste.(Tabela 4).

**Tabela 5. Participação Relativa das Aposentadorias e Pensões na Renda Domiciliar per Capita e Grau de Desigualdade no Brasil e Macro-Regiões**

Renda do Trabalho	% Renda Domiciliar		Grau de Desigualdade	
	2001	2004	2001	2004
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>				
<b>Brasil</b>	0,20	0,21	0,54	0,53
<b>Norte</b>	0,14	0,14	0,51	0,50
<b>Nordeste</b>	0,23	0,24	0,59	0,61
<b>Centro-Oeste</b>	0,14	0,14	0,59	0,56
<b>Sudeste</b>	0,22	0,24	0,52	0,51
<b>Sul</b>	0,22	0,22	0,55	0,51

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As aposentadorias e pensões ocupam uma parcela expressiva da renda domiciliar per capita agregada, atingindo 21% em 2004, mantendo-se estável no período analisado. As menores participações regionais ocorrem para as macro-regiões Norte (urbana) e Centro-Oeste, sugerindo a sua característica de mercados de trabalho relativamente recentes, visto constituírem-se nas regiões de ocupação mais recente. O grau de desigualdade das aposentadorias e pensões nacionais se reduz no período, embora ainda mostrem coeficientes elevados, especialmente no Nordeste. Nessa última região, inclusive o coeficiente de desigualdade se eleva no período, refletindo em parte o elevado grau de desigualdade na distribuição de renda da região. Excetuando-se o Nordeste, todas as regiões mostram reduções dos graus de desigualdades, embora o nível dos indicadores ainda se situe em patamares elevados em 2004. (Tabela 5).

**Tabela 6. Participação Relativa das Aposentadorias e Pensões na Variação do Gini no Brasil e Macro-Regiões**

Renda do Trabalho	Efeito-Renda	Efeito-Concentração	Efeito Total
	2001 a 2004	2001 a 2004	2001 a 2004
<b>Brasil e Macro-Regiões</b>			
<b>Brasil</b>	-0,34	-8,30	-8,64
<b>Norte</b>	-0,12	-4,96	-5,08
<b>Nordeste</b>	0,24	11,45	11,69
<b>Centro-Oeste</b>	0,04	-19,46	-19,42
<b>Sudeste</b>	-0,65	-10,68	-11,33
<b>Sul</b>	-0,08	-25,27	-25,35

Fonte: elaborado pelos autores a partir das metodologias descritas na seção anterior

As aposentadorias e pensões contribuem com 8,64% para a redução da desigualdade de renda domiciliar brasileira. A macro-região Sul apresenta a maior contribuição das aposentadorias e pensões na redução de sua desigualdade de renda domiciliar, contribuindo

com aproximadamente um quarto (25,35%) e a menor contribuição ocorre na macro-região Norte (urbana), que contribui apenas com 5,08%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura brasileira sobre distribuição de renda intensifica-se a partir da década de 1970, sob uma ótica macroeconômica, passando por um período de arrefecimento na década de 1980, até atingir posições teóricas microeconômicas, hegemônicas, na década de 1990. Mais recentemente, na primeira metade de 2000, passa-se a discutir a queda da desigualdade pessoal de renda, trazendo para o debate as transferências públicas de renda como determinantes dessa redução. Os aspectos macroeconômicos da distribuição, por outro lado, principalmente aqueles ligados à distribuição funcional da renda, continuam não sendo abordados, enquanto a posição hegemônica da década de 1990 continua predominando, enfatizando os investimentos em capital humano, e seus efeitos sobre o mercado de trabalho, como fatores determinantes para a redução da desigualdade na distribuição da renda.

Este trabalho tem como objetivo verificar a importância dos diferentes tipos de renda – trabalho, transferências públicas de renda e aposentadorias - na diminuição do grau de desigualdade da renda domiciliar per capita. Os resultados obtidos, por meio dos microdados da PNAD, indicam que a renda do trabalho se constitui, como era de se esperar, no principal determinante da diminuição, representando, em 2004, 74% para a média agregada, atingindo cifras ligeiramente superiores a 80% para as regiões Norte e Centro-Oeste e valores de 70% para a região Sudeste. Acredita-se que essa participação esteja superestimada, tendo em vista o sub-registro da PNAD quanto às rendas de capital. A despeito da diminuição do índice de Gini da renda do trabalho, ressaltamos que esse indicador ainda mostra elevado grau de desigualdade, da marca de 0,54, em 2004.

Os resultados da decomposição da renda domiciliar per capita indicam um padrão: a renda do trabalho contribui na redução das desigualdades da distribuição de renda do agregado e das cinco regiões. As regiões Norte (urbana) e Sudeste mostram a principal contribuição, sugerindo a importância das mudanças do mercado de trabalho urbano na redução da desigualdade, por exemplo, diminuição dos diferenciais de anos de escolaridade dos trabalhadores, redundando no estreitamento dos diferenciais de salários. É importante lembrar dois pontos. O primeiro é que, em função da técnica matemática utilizada, era esperado esse resultado, uma vez que a renda do trabalho representa cerca de três quartos da renda domiciliar per capita. Em segundo lugar, embora o mercado de trabalho se constitua em um forte candidato na explicação da redução da desigualdade, não se pode, a partir do modelo matemático empregado, afirmar que apenas esses fatores estejam envolvidos com a redução das desigualdades.

As transferências públicas de renda – Bolsa Família, LOAS, PETI e outros - ocupam parcela reduzida da renda domiciliar per capita, atingindo para o Brasil, em 2004, apenas 2%. A única macro-região que amplia, no período, sua participação relativa de forma significativa é o Nordeste, atingindo 3% em 2004. Esses resultados indicam baixa participação das transferências de renda na composição da renda nacional e regional, considerando a magnitude da pobreza em nosso país. Os microdados da PNAD não apresentam os dados sobre essa fonte de renda desagregada por programa, deste modo não se pode afirmar qual tipo tem maior contribuição para a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita. Para a macro-região

Nordeste, todavia, reconhece-se a primordialidade do Programa Bolsa Família, pois, em 2004, do total de recursos alocados pelo governo federal para esse programa, aproximadamente, metade foi transferido para aquela região.

O grau de desigualdade da distribuição das rendas transferidas pelos programas governamentais, em 2001, mostra-se elevado, atingindo um coeficiente de 0,56 para o agregado, entretanto, a queda do coeficiente é abrupta, no período em tela, atingindo para o agregado, em 2004, o patamar de 0,18. Ao decompor a queda da desigualdade da renda domiciliar per capita, resulta que os programas analisados contribuem com mais de um quarto (25,71%) na redução da desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita em nível agregado. A maior contribuição se verifica na macro-região Nordeste, com uma cifra de 41,46%, indicando maior cobertura e menor dispersão nos valores transferidos.

As aposentadorias e pensões ocupam parcela expressiva da renda domiciliar no Brasil, representando no agregado um quinto (21%), representando um tipo de renda relevante para a análise do processo redistributivo. Duas macro-regiões (Norte e Centro-Oeste) se encontram abaixo da média brasileira, ambas com indicadores próximos de um sexto (14%) na renda domiciliar per capita. Contudo, o grau de desigualdade dessa fonte de renda mantém-se elevado no período, inclusive, aumentando para a macro-região Nordeste. Na medida em que essa transferência de renda se encontra vinculada à remuneração do trabalho acumulado progresso, como deve ser, e não ao combate da pobreza, e que a concentração da renda do trabalho mostra elevado grau de desigualdade, a contribuição este tipo de renda para a redução do grau de desigualdade da renda domiciliar per capita é da ordem de 8,64%. A maior contribuição ocorre na região Sul, como era de se esperar, pelo menor grau de concentração da renda do trabalho progresso, de pouco mais de um quarto (25,35%).

Comparando os principais resultados alcançados por este estudo com a literatura nacional mais recente, ratificam-se a identificação da renda do trabalho como a principal fonte de renda de renda associado à queda da desigualdade no período analisado e reforçamos o instrumento das transferências públicas de renda para fins redistributivos. Esses últimos se constituem em instrumentos complementares ao comportamento do mercado de trabalho nesse processo. Reconhecemos, outrossim, dois pontos adicionais. O primeiro refere-se ao papel das mudanças do mercado de trabalho para redução da desigualdade. O segundo diz respeito à articulação de argumentos macroeconômicos e microeconômicos para compreender a redução da desigualdade na distribuição de renda.

Na primeira década do século XXI, distintos fatores vêm contribuindo para uma trajetória, mais consistente, do que nas décadas passadas, no sentido de estabelecer um perfil mais equânime de distribuição de renda. Dentre esses fatores, devemos mencionar, a política de crescimento do salário mínimo, o crescimento do emprego em regiões periféricas do Brasil e em setores intensivos em mão-de-obra e os programas de transferências de renda analisados neste trabalho. Devemos considerar, entretanto, que o movimento de redução do coeficiente de desigualdade ocorre depois de um período longo, um quarto de século, de baixo dinamismo da economia e, depois de dez anos, de estagnação com estabilidade de preços. A diminuição do grau de desigualdade se verifica pelo aumento da participação na renda total dos estratos inferiores e da diminuição da participação dos estratos superiores. Desde os anos de 1980, verificam-se baixo nível e incipiente difusão territorial de investimentos em capital físico (energia e toda sorte de infra-estrutura) e humano (qualidade incipiente do ensino fundamental e baixa cobertura do ensino de nível médio). Fatos que comprometem, não apenas o nível e

qualidade dos investimentos da década de 2000, quando seria desejável manter o processo de desconcentração de renda, como, principalmente, o aumento e a disseminação da produtividade, restringindo, no futuro próximo, a criação de empregos de maior produtividade, melhor qualidade e a ascensão da renda do trabalho com menor dispersão. O Brasil corre o risco de cair em uma armadilha de baixo investimento em projetos de tecnologia avançada, criação de empregos de baixa produtividade e qualidade, baixos salários e menor dispersão de salários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHA, Edmar Lisboa; Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.) *A controvérsia sobre a distribuição de renda e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para Discussão nº 377*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- \_\_\_\_\_. Pelo fim das Décadas Perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa do salário mínimo. In: Paulo Baltar, Cláudio Dedecca e José Dari Krein. (Org.), *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005, v.1 , p. 147-162.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade, In: Diva Benevides Pinho; Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. (Org.), *Manual de economia*, 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 01, p. 406-422.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, A crescente desigualdade de renda no Brasil, In: Maria José Willumsen; Eduardo Gianetti da Fonseca. (Org.), *A economia brasileira: estrutura e desempenho*, 1 ed. Miami: North South Center University of Miami, 1995, v. 1, p. 225-247.
- CACCIAMALI, Maria Cristina & TATEI, Fábio, *Uma análise regional do atendimento aos mais pobres: os programas de transferência de renda*, (mimeo), 2007.
- FERREIRA, Francisco H.G., Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classe ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FISHLOW, Albert. *A distribuição de renda no Brasil*. In: TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (orgs.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978;
- GANDRA, Rodrigo Mendes. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. *Texto para Discussão nº001*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*. Rio de Janeiro: v. 8, nº1, pgs. 55-81, junho de 2006;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CD/ROM dos Microdados das PNAD's de 2001 e 2004;
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. *Nota Técnica*. Brasília: IPEA, agosto 2006;

- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v.45, nº 1, 1955.
- LANGONI, Carlos Geraldo, Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil: uma reafirmação. *Ensaio Econômico EPGE*, nº7. Rio de Janeiro: FGV-EPGE,1973.
- LOUREIRO, Paulo R. A., Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: v. 57 , nº1, pgs. 125-157, Janeiro / Março 2003.
- MACEDO, Roberto & GARCIA, Manuel Enriquez, Salário mínimo e a taxa de salários no Brasil: comentário. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: v.10, nº 3, 1979.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho. OIT, Janeiro de 1993.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon, Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *Texto para Discussão nº1166*. Brasília: IPEA, fevereiro de 2006;
- SOARES, Sergei Suarez Dillon; VERAS, Fabio; MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael, Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para Discussão nº 1228*. Brasília: IPEA, outubro de 2006.
- SOUZA. Paulo Renato & BALTAR, Paulo, Salário mínimo e a taxa de salário no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: v.9, nº 3, 1979.